CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS

DICIONÁRIO DAS CRISES E DAS ALTERNATIVAS

ALMEDINA

ces

Centro de Estudos Sociais

Dicionário das Crises e das Alternativas

ALMEDINA

ces Centro de Estudos Sociais
Laboratório Associado
Universidade de Coimbra

DICIONÁRIO DAS CRISES E DAS ALTERNATIVAS
AUTOR
Centro de Estudos Sociais – Laboratório Associado
Universidade de Coimbra
EDITOR
EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.
Rua Fernandes Tomás, nos 76, 78 e 79
3000-167 Coimbra
Tel.: 239 851 904 · Fax: 239 851 901
www.almedina.net · editora@almedina.net
DESIGN DE CAPA
FBA
REVISÃO
Victor Ferreira
PRÉ-IMPRESSÃO
EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.
IMPRESSÃO E ACABAMENTO
G.C. – GRÁFICA DE COIMBRA, LDA.
Palheira Assafarge, 3001-453 Coimbra
producao@graficadecoimbra.pt
Abril, 2012
DEPÓSITO LEGAL
....

Os dados e as opiniões inseridos na presente publicação são da exclusiva responsabilidade do(s) seu(s) autor(es).
Toda a reprodução desta obra, por fotocópia ou outro qualquer processo, sem prévia autorização escrita do Editor, é ilícita e passível de procedimento judicial contra o infractor.

ALMEDINA | GRUPOALMEDINA

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL – CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
Centro de Estudos Sociais – Laboratório Associado
Universidade de Coimbra
DICIONÁRIO DAS CRISES E DAS ALTERNATIVAS
ISBN 978-972-40-4820-8
CDU 316
338

dos desenvolvidos e em desenvolvimento com a finalidade de promover o bem-estar económico e social destes últimos de forma sustentável e duradoura. O conceito é muito amplo e tem sido objeto de debate durante os últimos 60 anos, acompanhando a evolução das teorias do desenvolvimento e as transformações geopolíticas internacionais. A sua utilização na esfera das políticas públicas assumiu-se como instrumento de resposta a sentimentos de reparação pós-colonial e de solidariedade moral e humanitária, a proximidades linguísticas e culturais e a interesses económicos e geopolíticos.

A arquitetura mundial da cooperação é hoje substancialmente diferente do assistencialismo que a caracterizava inicialmente, centrando-se no desenvolvimento de capacidades e na definição conjunta de prioridades, e pautando-se pela fragmentação e pluralização de atores públicos e privados, pela diversidade de fluxos financeiros e por uma nova geografia/ideologia de doadores (China, Índia, Brasil, Turquia ou Coreia do Sul).

A atual crise veio exacerbar dinâmicas complexas que perpetuam desigualdades e que priorizam a cooperação com os países estrategicamente mais importantes. Os cortes orçamentais na cooperação pelos doadores "tradicionais" têm tido como efeito imediato uma enorme fragilização dos orçamentos nacionais dos parceiros, realidade agravada com a diminuição de outros fluxos originários destes países, como o investimento direto estrangeiro ou as remessas dos emigrantes.

A agenda global do desenvolvimento reconhece hoje que a cooperação é incapaz, por si só, de responder às causas multidimensionais da pobreza e que tem mesmo contribuído para a perpetuação de dependências. Continua, contudo, marcada por uma proliferação de intervenientes, interesses e perspetivas em frequente contradição e a carecer de visões e agendas definidas e lideradas pelos países em desenvolvimento.

Mónica Rafael Simões

Cooperativismo

O cooperativismo reflete as experiências cooperativas, a respetiva teorização e uma doutrina que faz a sua apologia, abrangendo também o correspondente movimento social. As cooperativas afirmaram-se como organizações diferenciadas, no começo do século XIX, em alguns países europeus. Baseiam-se na cooperação, tecido conjuntivo das sociedades humanas.

O vínculo ao movimento operário está no seu código genético, o que não exclui a posterior diversificação social dos cooperadores.

Estendem-se por todo o mundo, contando com mais de 800 milhões de membros. Fundada em 1895, a Aliança Cooperativa Internacional é mundialmente representativa, sendo a instância de legitimação de uma identidade cooperativa universal, constituída por um conjunto de princípios, um leque de valores e uma noção de cooperativa. Recordem-se os princípios: liberdade e voluntariedade da adesão; administração democrática; intercooperação; autonomia; interesse pela comunidade; promoção da educação; distribuição adequada dos resultados. Entre os valores, destacam-se a igualdade, a solidariedade, a honestidade e o altruísmo. Quanto à noção de cooperativa, ela tem como vetor a síntese de uma associação com uma empresa. Esta identidade exprime diferença, em face da lógica capitalista dominante. Uma diferença que, embora reflita uma subalternidade estrutural do cooperativismo num contexto capitalista, implica uma atitude de resistência, radicada numa lógica específica.

Na ordem jurídico-constitucional portuguesa, as cooperativas fazem parte do setor cooperativo e social, que coexiste com o público e o privado, correspondendo, em larga medida, à economia social. Para a União Europeia, é também pacífica a sua inserção na economia social. Em sinergia com as outras organizações e práticas por ela abrangidas, as cooperativas dão resposta a vários tipos de problemas imediatos suscitados pela crise das sociedades atuais, sem prejuízo da vocação para se projetarem num horizonte alternativo ao sistema capitalista.

Rui Namorado

Corrupção

O fenómeno da corrupção assume diversas configurações, sendo utilizado para definir realidades muito diversas. Denominador comum a todas elas é a existência de uma relação de poder e de uma expectativa de obtenção de uma vantagem, lícita ou ilícita, através da prestação de uma contrapartida, seja de ordem económica, seja meramente de amizade.

Numa aceção ampla, a corrupção, enquanto violação das normas sociais, abarca um conjunto de comportamentos cuja censura social tem sofrido mutações significativas ao longo dos anos. Os favores de amizade, o privilégio da relação pessoal de confiança e a utilização de redes informais de con-